

Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e o **Município de Videira**. **OBJETO:** Obra de conservação da Pista do Aeroporto Municipal Ângelo Ponzone. Serão destinados recursos financeiros para a Execução do objeto deste Convênio no montante de R\$687.791,07, sendo R\$ 648.380,64 repassados pelo CONCEDENTE e R\$39.410,43 destinados pelo CONVENIENTE a despesa correrá à conta da Unidade Orçamentária - 41094, Subação 011106–Programa Orçamentário 00900 –Natureza 44.40.42, Fonte 0.6.6.1.000000, oriundos do orçamento do Estado para 2021.**PRAZO E VIGÊNCIA:** o prazo de execução do objeto do presente convênio expira no dia **31/12/2021**, e sua validade contada a partir da data de sua publicação, em extrato, no DOE/SC. Podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, conforme disciplina a “Cláusula trigésima terceira” deste Termo de convênio. **DATA:** Florianópolis, 23 de junho de 2021. **SIGNATÁRIOS:**Thiago Augusto Vieira, pela SIE, Dorival Carlos Borga Município. LZ/SCC

Cod. Mat.: 747378

Saúde

PORTARIA SES nº 667 de 24 de junho de 2021.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019;

Considerando que, com base no disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 2º da Lei Federal n. 8.666/1993, é mister, para a realização de despesas públicas decorrentes de obras, serviços, compras e alienações pela Administração Pública, que seja formalizada a contratação do fornecedor ou prestador mediante a realização de processo licitatório prévio ou realizada, nos casos previstos na legislação, a dispensa ou inexistência;

Considerando que a edição da Portaria n. 998, de 13/12/2019 visou tão somente organizar operacionalmente o fluxo interno desta Secretaria de Estado da Saúde para apuração e pagamento de despesas realizadas sem amparo contratual. Jamais autorizara realização de despesas ordinárias em descompasso com o dever legal de licitar;

Considerando levantamento preliminar no sentido de que existe em tramitação nesta Secretaria de Estado da Saúde quantidade considerável de processos relativos a pedidos de pagamento de despesas sem amparo contratual, o que aponta para, com base nos princípios da prevenção e precaução, a necessidade de rever a manutenção da Portaria n. 998, de 13/12/2019;

Considerando que é possível à Administração Pública realizar a revogação dos atos administrativos.

RESOLVE:

**Art. 1º** Revogar a Portaria n. 998, de 13/12/2019, publicada no DOE n. 21.177, de 09 de janeiro de 2020.

**Art. 2º** Fixar o prazo de 40 (quarenta) dias, contados da data da publicação desta portaria, para que a Comissão de Avaliação de Pagamento de Despesas realizadas sem Cobertura Contratual finalize a apuração dos pedidos de pagamento de despesas sem amparo contratual que ainda estejam em tramitação.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO**  
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 747655

**PORTARIA nº. 659 - 21/06/2021.**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo SES 85008/2021, resolve **REMOVER** a servidora **MARIA TERESA BERTOLDI AGOSTINI**, matrícula nº. 0319916-9-03, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Farmacêutico, lotada na Gerência de Bens Judiciais - GEJUD, nível GEPRO-SES-15/B, para atuar na Superintendência de Vigilância em Saúde - SUV, a contar de 11/06/2021.  
**LUCIANO JORGE KONESCKI**  
**Superintendente de Gestão Administrativa**  
Cod. Mat.: 747496

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**  
**DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO.**  
**A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/83, notifica o autuado relacionado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Infração abaixo relacionado**. Poderá ser apresentada defesa e/ou impugnação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do artigo 66 da Lei Estadual nº 6.320/83. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 22 de junho de 2021

**Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj**

**ANEXO ÚNICO**  
O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infração com o seguinte histórico:

**1. AUTUADO:** MARCELO JOSE SACHWEH  
**CNPJ/CPF:** 19.175.659/0001-07  
**PROCESSO Nº** SES 00078258/2021  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº** 10000013717/21.  
**Infração Cometida:** As registradas no Auto de Infração citado acima.  
**ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO:** Art. 61, caput XXX, da Lei Estadual n. 6.320 de 20 de dezembro de 1983; c/c Art. 33, caput e parágrafo único do Decreto Estadual n. 562 de 17 de abril de 2020; c/c Art.3º, parágrafo 3º do Decreto Estadual n. 1.218 de 19 de março de 2021 e c/c Arts.1º, 2º e 3º da Portaria SES n. 266 de 22 de abril de 2020.

**2. AUTUADO:** FUMACENSE ALIMENTOS LTDA  
**CNPJ/CPF:** 76.828.201/0001-43  
**PROCESSO Nº** SES 00006912/2020  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº** 10000006767/20.  
**Infração Cometida:** As registradas no Auto de Infração citado acima.  
**ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO:** Artigos 12, 30, 61 inciso V da Lei Estadual nº. 6.320 de 20 de dezembro de 1983; c/c Art. 23 do Decreto Estadual nº. 24.622, de 28 de dezembro de 1984; c/c Art. 3º, Incisos II e V, Art. 5º, incisos II e IV, Art. 9º inciso IV do Decreto Estadual nº. 31.455 de 20 de fevereiro de 1987; c/c RDC nº. 14/2014/ANVISA; c/c Artigo 22 do Decreto Lei nº. 986/1969; c/c item 3.1 da Resolução RDC nº. 259/2002; c/c item 3.1 da Resolução RDC nº. 360/2002 e itens 3.2.1 da RDC nº. 54/2012.  
Cod. Mat.: 747307

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.**  
**Decisão:** O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 27690/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **TS MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ 27.066.602/0001-06, a penalidade de **MULTA** no valor R\$ 7.460,54 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 2788/2021 – Edital nº 2475/2020 (PE).  
Cod. Mat.: 747315

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000456.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES com a interveniência da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE. **CONVENIENTE:** Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos, mantenedora do Hospital Beatriz Ramos, com sede no município de Indaial.**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Trigésima Primeira (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Trigésima Primeira – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000456 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 18 de junho de 2021. **SIGNATÁRIO:** André

Motta Ribeiro, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Adriane Machado Ferrari, pela Associação.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000958.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação Franco Brasileira, mantenedora do Hospital Maicé, com sede no município de Caçador. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000958 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 21 de junho de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Marina Andrade, pela Associação.

Cod. Mat.: 747368

Segurança Pública

**PORTARIA Nº 037/SSP de 23.06.2021**  
**A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria nº 001/SSP de 04.01.2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.430 de 06.01.2021 e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve **DESIGNAR** o servidor Sr. **RICARDO SARTORI** - matrícula 926723-9 como fiscal e o servidor Sr. **DANIEL HENRIQUE RODRIGUES** – matrícula 926640-2 como seu suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 039/SSP/2021, (Processo SGP-e SSP 1591/2021), oriundo do pregão eletrônico nº 041/SSP/2020.  
**LUCIANA DA SILVA PINTO MACIEL**  
Diretora-Geral  
Secretaria de Estado da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 747498

Polícia Civil

**POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA – PCSC – EXTRATO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ESPÉCIE:** Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 2021TN000675. **PAR-TÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC e a Sociedade Educacional Concórdia LTDA. **OBJETO:** a concessão de desconto no percentual de 15% (quinze por cento) nas mensalidades dos diversos cursos de graduação e pós-graduação presenciais ofertados pela Instituição de ensino para Policiais Cíveis e seus familiares. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação no DOE. **DATA:** 22 de junho de 2021. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Norberto Koerich, pela PCSC, e Cesar Antonio Schwertz, pela Sociedade Educacional Concórdia LTDA.  
Cod. Mat.: 747225

**ATO PUNITIVO Nº 16/PCSC/DGPC/CORPC/21, de 23/06/2021.**  
**A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua **CORREGEDORAGERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a decisão prolatada na Sindicância Acusatória nº 61/2019, resolve **REPREENDER** o servidor **MARCOS JOSE DOS SANTOS**, matrícula nº 0379551901, AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, por infração ao artigo 207, inciso IV, c/c o artigo 204, da Lei nº 6.843/86 EPC/SC.  
**MARIA CAROLINA MILANI CALDAS SARTOR**  
**CorregedoraGeral da Polícia Civil**  
Cod. Mat.: 747342

**PORTARIA Nº 600/PCSC/DGPC/CORPC de 22/06/2021**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº **73/2019**, no qual é acusado(a) o/a Servidor(a) de matrícula nº 658.348-2, mandado